

Editorial

Prezado Membro da Rede de Ética do Poder Executivo Federal,

Nesta edição, tratamos da importância das ações de comunicação na promoção da ética pelas Comissões, com iniciativas premiadas no Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética.

A recomendação da Secretaria-Executiva da CEP é de que as Comissões setoriais desenvolvam seus próprios planos de comunicação. O Minuto da Ética pode servir de base para esse trabalho, sendo **distribuído e/ou veiculado em meio virtual nos órgãos e entidades** para disseminação de orientações sobre conduta ética e para publicidade do trabalho das Comissões setoriais.

Nos informes, registramos decisões importantes da CEP e divulgamos atividades desenvolvidas pelas Comissões setoriais, bem como trazemos notícias relevantes ao Sistema de Gestão da Ética Pública.

Também neste mês, a Secretaria Executiva da CEP celebra o Dia da Mulher destacando o papel das mulheres no serviço público com um Minuto da Ética especial. Parabéns e obrigado a todas as nossas colegas que contribuem para a formação de uma cultura ética ubíqua e perene na administração pública federal!

Brasília, março de 2021.

Secretaria-Executiva da CEP

Boas Práticas: Comunicação

Nos termos do Decreto nº 1.171, de 1994, compete às Comissões de Ética "orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público". Uma das formas de cumprir com essa atribuição é o desenvolvimento de ações de comunicação com os agentes públicos.

A Comissão de Ética Pública já premiou [diversas iniciativas dessa natureza no Concurso de Boas Práticas na Gestão da Ética](#), desde sua primeira edição. Esses trabalhos, além de auxiliar na disseminação da ética, têm seu papel de contribuir na prevenção de desvios de conduta.

A Comissão de Ética do antigo Ministério da Previdência Social (hoje, Secretaria de Previdência do Ministério da Economia) foi uma das Comissões premiadas no primeiro Concurso, com um plano de comunicação que incluía a realização de visitas setoriais, palestras, a publicação de boletins mensais, folders e uma coletânea com as normas éticas.

De acordo com a CE-MPS, "as visitas e apresentações [eram] o primeiro passo para estabelecer a presença da Comissão no órgão, apresentar aos servidores a Comissão, suas competências e atividades, e os Códigos de Ética do Servidor Público Federal". A partir desse contato, passou a haver maior receptividade ao recebimento de conteúdo.

Outro aspecto importante desse tipo de trabalho são as parcerias com outras unidades e setores do órgão/entidade. No MPS, a Comissão contou com o apoio das Coordenações de Logística e de Informática para disponibilizar o espaço e equipamentos para realização das apresentações e, principalmente, com o apoio da Assessoria de Comunicação, que auxiliava no desenvolvimento do material e envio aos agentes públicos do órgão, além de divulgar as iniciativas no boletim interno.

Lembrete: as Comissões têm prerrogativa de solicitar apoio técnico ou administrativo para desenvolver suas atividades (conforme disposto no Art. 2º, inciso XXIII, da [Resolução CEP nº 10, de 2008](#)).

COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

Naturalmente, diante de um cenário de trabalho remoto e distanciamento social, algumas dessas iniciativas precisam ser adaptadas, mas, com criatividade e disposição, é possível estabelecer contato com os colegas, mesmo que estejam em teletrabalho.

Um exemplo do último Concurso de Boas Práticas foi o trabalho desenvolvido pela Comissão de Ética do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sudeste de Minas Gerais – IFSudesteMG, que [desenvolveu uma série de vídeos](#) educativos. O material da campanha, [premiada no último concurso](#), está disponível no canal do Instituto no YouTube, de onde pode ser compartilhado pelas demais Comissões para os servidores de seus órgãos e entidades.

Outras iniciativas de comunicação incluem a divulgação do código de ética da instituição por meio de aplicativo ([Correios, 2017](#)) e envio com confirmação de recebimento ([Serpro, 2018](#)), a institucionalização de campanhas de comunicação e educação ([Embrapa, 2017](#)), campanhas com temas específicos, como assédio moral ([MTPA, 2018](#)), e gerais ([IFES, 2019](#)).

Desde o ano passado, a CEP tem produzido o “Minuto da Ética”, texto curto com linguagem acessível, enviado mensalmente às Comissões em formato que pode ser adaptado à realidade local, dando início ou complementando um trabalho de aproximação da Comissão com os servidores e empregados de cada instituição pública.

Enfim, não faltam bons exemplos de iniciativas que se propõem a divulgar os preceitos éticos e de apresentar as Comissões em suas respectivas organizações, fazendo-se presentes no dia a dia das instituições. Cada Comissão deve avaliar os recursos e estrutura disponíveis e empenhar esforços para que essa missão seja bem executada.

Por fim, vale registrar que há vários tópicos no Fórum Virtual da Rede de Ética para que os membros possam compartilhar outras experiências, materiais e eventos com os colegas do Sistema de Gestão da Ética.

Caso ainda não faça parte do Fórum, entre em contato com a SECEP e peça um convite para sua Comissão, por meio do endereço eletrônico: etica@presidencia.gov.br.

INFORMES

O IFB realiza palestra "Assédio Moral e Assédio Sexual: um olhar preventivo sobre as práticas de violência em instituições de ensino"

O Instituto Federal de Brasília apresentou, no último 26 de fevereiro, a terceira da série de cinco *lives* da edição 2021 do projeto "Diálogos Formativos".

A atividade teve como tema "Assédio Moral e Assédio Sexual: um olhar preventivo sobre as práticas de violência em instituições de ensino", com o procurador-chefe da Procuradoria Federal junto ao IFB, Tarcísio Bessa de Magalhães Filho.



O Diálogos Formativos é voltado para todos os servidores do IFB, mas é aberto a toda a comunidade. A atividade é uma realização por meio da Pró-Reitoria de Ensino e das Coordenações Pedagógicas das unidades.

A [gravação do evento](#) está disponível no canal da TV IFB.

Nota adaptada da publicação original da [página do IFB](#).

Rede RGB organiza Fórum Internacional de Ética

A Rede Governança Brasil, "movimento cívico colaborativo", "composto por servidores públicos, professores, especialistas e sociedade civil, que trabalham em conjunto para disseminar as boas práticas de governança no setor público", organizou seu 1º Fórum Internacional de Ética, cuja [gravação está disponível em seu canal no YouTube](#).



3ª Reunião do GT-Ética apresenta estudo comparado de normas éticas nacionais e internacionais

Na sua 3ª reunião ordinária, realizada nesta quarta-feira, 24 de fevereiro de 2021, o Grupo de Trabalho Interministerial GT-Ética apresentou um estudo comparado de normativos éticos, no intuito de balizar os trabalhos de revisão dos Códigos de Ética federais, objeto do GT.



No estudo, foram abordados 17 Códigos de Ética, nacionais e internacionais, envolvendo 7 países, assim como foram apresentadas orientações oriundas de Convenções Internacionais de que o Brasil é signatário, e, ainda, de normativos éticos de estatais e de entes subnacionais.

O objetivo do estudo de direito comparado é apresentar parâmetros de referência, com base nas melhores práticas nacionais e internacionais, para o enfrentamento, inclusive, de temas da atualidade, tais como: mídias sociais; teletrabalho; assédios; proteção de dados; resolução consensual de conflitos, entre outros.

Na oportunidade também foram definidos os responsáveis pelas relatorias técnicas dos temas: ética digital; esfera pública e privada de atuação do servidor público; assédios; e estrutura procedimental, que serão objeto de estudos específicos.

Ao final, a reunião contou com a presença dos Conselheiros da Comissão de Ética Pública (CEP) Roberta Muniz Codignoto e Antônio Carlos Vasconcellos Nobrega.

Nota publicada originalmente na [página da CEP](#).

SECEP recebe visita da presidente da Comissão de Ética Pública Estadual de Pernambuco

Na data de 24 de fevereiro de 2021, a Comissão de Ética Pública (CEP), representada pelo Secretário-Executivo Regis Xavier Holanda, recebeu a visita da Presidente da Comissão de Ética Pública Estadual de Pernambuco, Clarissa Lima.



A Comissão de Ética Pública do Poder Executivo Estadual de Pernambuco, cujos integrantes foram empossados em dezembro de 2020, faz parte do Sistema de Gestão de Ética dos Agentes Públicos da Administração Direta e Indireta do Poder Executivo Estadual, criado a partir do Decreto Estadual nº 46.853/2018 e tem o papel de orientar e apoiar as comissões de ética das entidades e órgãos do Poder Executivo estadual e, ainda, sensibilizar os gestores sobre o tema.

O encontro, que também contou com a participação da Coordenadora do Sistema de Gestão da Ética da SECEP, Ana Maria Melo Duarte Guimarães, e a Assessora do Secretário-Executivo da CEP, Maria Adélia Brêtas e Arueira, permitiu a troca de experiências e boas práticas sobre gestão da ética e estreita as relações para realização de futuras parcerias entre a esfera federal e estadual para execução de ações que envolvam a ética pública.

Nota publicada originalmente na [página da CEP](#).

4ª REUNIÃO DO GT-ÉTICA ABORDA PRECEDENTES DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA



O Grupo de Trabalho Interministerial GT-Ética, em sua 4ª Reunião Ordinária, realizada em 16 de março de 2021, abordou as decisões administrativas da Comissão de Ética Pública (CEP), envolvendo deliberações do colegiado relativas ao Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo federal, consolidadas no [Ementário de Precedentes](#), disponível em sua página eletrônica, assim como decisões relativas aos processos éticos conduzidos

pela CEP e, ainda, as Resoluções exaradas pelo Colegiado.

Na exposição, foram abordados diversos temas tratados em decisões recentes da CEP, que são de interesse para os trabalhos do GT na atualização dos normativos éticos federais, entre os quais: nepotismo; assédios; resolução consensual de conflitos éticos; redes sociais; rito processual; brindes; entre outros.

O Secretário de Controle Interno da Secretaria-Geral da Presidência da República, Edson Sá Teles, que

coordena o GT e ficou responsável pela apresentação dessa relatoria técnica, destacou a importância do estudo dos precedentes da CEP para os trabalhos do Grupo, visto que, *“em muitas de suas deliberações, a Comissão de Ética Pública tem o papel de dirimir dúvidas de interpretação dos normativos que tratam de ética pública, assim como de preencher lacunas normativas, trazendo inovações e entendimentos específicos em relações aos casos analisados.”*

Também foram objeto da apresentação as Resoluções da CEP (ao todo 14 atos normativos) que disciplinam temas como: participação de autoridades em seminários e eventos; participação de autoridades em eventos políticos e eleitorais; tratamento de presentes e brindes; banco de sanções éticas; entre outros.

Na Reunião, foram definidas, ainda, as datas para apresentação dos demais temas objeto de relatorias técnicas específicas, que estão a cargo da CGU, AGU e Ministério da Economia.

Nota publicada originalmente na [página da CEP](#), em 17/03/2021.



Lugar de Mulher

As mulheres já representam mais de [59% do funcionalismo público](#) nacional, o que mostra que o serviço público é lugar das mulheres!

O caminho foi longo para se chegar até essa marca: somente com a aprovação do [Código Eleitoral de 1932](#) é que as mulheres conquistaram o direito ao voto; [até 1962](#), as mulheres casadas eram consideradas incapazes e dependiam da autorização dos maridos para trabalhar; outras vedações permaneceram em vigor até a promulgação da Constituição de 1988, em que finalmente as mulheres foram consideradas iguais em direitos aos homens.

Mas, mesmo com tantos avanços e conquistas, há barreiras que precisam ser superadas: ainda são minoria na ocupação de cargos de direção e chefia. De acordo com [pesquisa desenvolvida pela Escola Nacional de Administração Pública](#) - ENAP, quanto mais alto o nível do DAS, menor a representação feminina.

Várias iniciativas têm contribuído para alterar esse quadro, como, por exemplo, o [Decreto nº 9.727, de 15 de março de 2019](#), que estabelece regras e diretrizes para a ocupação de cargos e funções comissionadas.

No entanto, no nível DAS 6, menos de 20% dos cargos é ocupado por mulheres:

Mulheres ocupando DAS por nível – 2000-2018 (%)



O [Código de Conduta da Alta Administração Federal](#) diz que o exemplo deve vir de cima, mas cabe a cada um contribuir para a formação de um ambiente de trabalho em que as diferenças sejam respeitadas e, mais ainda, sirvam de base para a construção de políticas públicas cada vez mais inclusivas.

No trato com os usuários do serviço público, com as jurisdicionadas administrativas ou com colegas de qualquer nível hierárquico, é [dever do servidor](#) "ser cortês, ter urbanidade, disponibilidade e atenção (...), sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social".

Diante de condutas discriminatórias ou comportamentos impróprios, não se omita! Procure a Comissão de Ética. Estamos à sua disposição para ajudar.